

Ensino de argumentação: práticas educativas e formação docente

Apresentação

Glacy Kelli Reis Da Silva Xavier¹
Universidade Federal Fluminense (UFF)
E-mail: glaycikelli@id.uff.br

Isabel Cristina Michelan de Azevedo²
Universidade Federal do Sergipe (UFS)
E-mail: icmazevedo2@gmail.com

María Elena Molina³
Universidad Nacional del Sur (UNS)
CONICET, Argentina
E-mail: elena.molina@uns.edu.ar

A argumentação, enquanto prática social da linguagem, é fundamental e está presente nas interações cotidianas e nos diversos espaços de participação social. Por isso, em contextos contemporâneos atravessados pela circulação intensiva de informações, pela desinformação e pela valorização de posicionamentos pouco fundamentados, seu ensino deixa de ser uma opção didática para se tornar uma responsabilidade inevitável dos sistemas educativos. Não se trata apenas de formar estudantes capazes de "defender

¹ Professora Adjunta de Língua Portuguesa do Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas da Universidade Federal Fluminense (UFF). É pesquisadora e integrante do Grupo de Pesquisa em Argumentação e Retórica Aplicadas (GPARA/UFS/CNPq) e do Grupo de Pesquisa em Semiologia: Leitura, Fruição e Ensino (GPS-LEIFEN/UFF/CNPq). Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-2934-4734>.

² Professora Adjunta de Língua Portuguesa do Departamento de Letras Vernáculas da Universidade Federal de Sergipe (UFS). É líder do Grupo de Pesquisa em Argumentação e Retórica Aplicadas (GPARA/UFS/CNPq) e colíder do Grupo de Pesquisa Estudos de Linguagem, Argumentação e Discurso, da Universidade Estadual de Santa Cruz (ELAD/UESC/CNPq). Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-5293-0168>.

³ Doctora en Humanidades, Universidad Nacional de Tucumán; Especialista en Escritura y Alfabetización, Universidad Nacional de La Plata; Profesora en Ciencias de la Educación, Universidad Nacional del Comahue; Licenciada en Letras, Universidad Nacional de Tucumán. Investigadora Asistente del Consejo Nacional de Investigaciones Científicas y Técnicas (CONICET) en el Departamento de Humanidades (Universidad Nacional del Sur) y docente del Departamento de Ciencias de la Educación (Universidad Nacional del Sur), Argentina. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-1663-4652>.

uma posição", mas de promover sujeitos que possam participar da vida social a partir de posicionamentos críticos, devidamente informados e eticamente comprometidos.

A partir dessa convicção, configura-se o presente dossiê, que reúne um conjunto de pesquisas que abordam o ensino da argumentação como um problema central para a educação contemporânea. Tal como reconhece a *Base Nacional Comum Curricular*, doravante BNCC, no contexto brasileiro, argumentar com base em fatos, dados e informações confiáveis constitui uma capacidade fundamental para a formação cidadã. No entanto, longe de oferecer respostas fechadas, esse reconhecimento abre um campo de interrogação: como ensinar a argumentar em contextos educativos diversos? Quais saberes, práticas e condições tornam esse aprendizado possível? Que lugar a argumentação ocupa na formação docente?

Os trabalhos aqui reunidos não apenas trazem respostas parciais a esses questionamentos, mas, sobretudo, contribuem para complexificá-los. Neles, a argumentação aparece não como um conteúdo isolado nem como uma técnica transferível, mas como uma prática social situada, atravessada por dimensões linguísticas, cognitivas, culturais e políticas. Nesse sentido, o dossiê coloca em diálogo perspectivas teóricas diversas e experiências pedagógicas heterogêneas, que coincidem ao reconhecer o caráter múltiplo e transdisciplinar do campo.

Um primeiro grupo desse conjunto de trabalhos detém-se na **formação docente e nos fundamentos didáticos do ensino da argumentação**. Nele, torna-se visível uma preocupação compartilhada: a necessidade de superar concepções espontaneístas ou implícitas da argumentação para assumi-la como objeto de ensino, como ferramenta epistêmica e como prática que requer mediações específicas, tanto na formação inicial quanto na continuada.

O artigo "Formação de professores para o ensino da argumentação emancipadora e decolonial", de Isabel Cristina Michelin de Azevedo e Glayci Kelli Reis da Silva Xavier, discute a formação continuada de professores no Brasil, destacando que ela muitas vezes apresenta um caráter compensatório, em vez de promover aprofundamento

teórico e crítico. Nesse contexto, apresenta o projeto extensionista *Ensino de Argumentação na Escola (ENARE)* e analisa atividades formativas aplicadas em duas edições, assim como as percepções de professores participantes. Os resultados mostram que a proposta incentiva práticas reflexivas, colaborativas e contextualizadas, fortalecendo o ensino de argumentação sob uma perspectiva decolonial e emancipadora.

Em “Didáctica de la argumentación para el nivel superior: sujetos, prácticas y teorías”, María Elena Molina propõe fundamentos para uma didática da argumentação específica para o ensino superior, tratando-a como uma prática social de linguagem. Por meio de um estudo de caso desenvolvido em cursos de Letras e Biologia de universidades públicas argentinas, analisam-se práticas de ensino que integram a escrita argumentativa como ferramenta epistêmica e objeto de ensino. O estudo defende que a argumentação deve ser integrada curricularmente de forma progressiva, superando a “ilusão do adidatismo”, e que seu ensino deve ser assumido como uma responsabilidade transversal, ética e epistêmica, a fim de formar profissionais capazes de atuar de modo fundamentado em seus campos de atuação.

O estudo intitulado “O que pensam os licenciandos de Pedagogia sobre argumentação?”, desenvolvido por Maria Eduarda de Brito Cruz, Verônica Tavares Santos Batinga e Angela Fernandes Campos, analisa as concepções sobre a prática argumentativa de estudantes de Pedagogia de uma Universidade Federal do Nordeste brasileiro. Realizada durante a pandemia de COVID-19, via questionários digitais, a pesquisa revela que as visões dos futuros professores sobre o que constitui um argumento influenciam diretamente suas futuras escolhas pedagógicas. Os resultados apontam que, embora os estudantes reconheçam a importância da mediação docente e do potencial das aulas de ciências para a argumentação, há uma necessidade urgente de fortalecer essa temática tanto na formação inicial quanto na continuada para que ela se torne uma ferramenta de ensino efetiva nos anos iniciais.

Outra linha de trabalhos focaliza as **práticas educativas na educação básica**, mostrando a potência de propostas que articulam a argumentação com problemáticas

socialmente relevantes e com os contextos de vida dos estudantes. Longe de se restringirem a formatos escolares tradicionais, essas experiências incorporam gêneros diversos, dispositivos didáticos inovadores e abordagens que privilegiam a interação, a colaboração e a construção coletiva de sentidos. Nelas, a argumentação se configura como espaço de agência, de escuta e de intervenção no comum.

No artigo “Encenação e Publicização do Argumento: Multimodalidade e Agência Coletiva”, Luciana Kool Modesto Sarra, Milena Maria Nunes de Matos Carmona e Fernanda Coelho Liberali investigam a argumentação colaborativa em um contexto de educação intercultural, por meio do "Projeto Brincadas". Ao analisar uma atividade de fotografia encenada sobre o tema "moradia", as autoras observam como estudantes utilizam múltiplas linguagens (corpo, gesto, voz e imagem) para construir significados e agir coletivamente. Fundamentado na teoria sócio-histórico-cultural e decolonial, o estudo conclui que o "brincar" funciona como um dispositivo de argumentação viva, promovendo a agência crítica e o engajamento ético em prol da justiça social.

Em “A argumentação em contextos de polarização política”, Ilana Rebello e Rafael Nogueira analisam discursos políticos antagônicos sobre o projeto de anistia no Instagram para propor uma intervenção pedagógica voltada à leitura crítica. Utilizando a Teoria Semiolinguística de Análise do Discurso, os autores exploram como os mecanismos de racionalização (*logos*), emoção (*pathos*) e imagem de si (*ethos*) se entrelaçam. A proposta didática visa capacitar estudantes a identificar estratégias de influência em contextos de forte polarização, transformando o debate político-midiático em objeto de estudo para a formação de uma consciência cidadã.

A pesquisa “Carta Aberta, Competências de Linguagem e Desenvolvimento da Argumentação”, de Jairo Venício Carvalhais e Odete Rosa Cassimiro Amorim, apresenta o gênero “carta aberta” como instrumento de reivindicação social em uma turma de 7º ano do ensino fundamental de uma escola pública. Seguindo uma abordagem qualitativa e interventiva, os autores analisam a evolução das produções escritas de um estudante, fundamentando-se na Teoria Semiolinguística e em estudos sobre a argumentatividade.

Os resultados indicam que o trabalho sistematizado permite aos alunos fortalecerem suas estratégias argumentativas, progredindo na clareza de suas demandas e na organização do raciocínio lógico-discursivo, contribuindo, desse modo, para sua participação cidadã.

O texto “Argumentação e consciência socioambiental: o gênero *post* como suporte”, escrito por Maria Darliana Vilela Ferro, Aline de Santana Santos e Vanesca Carvalho Leal, explora o potencial pedagógico de *posts* da rede social Instagram para o ensino da argumentação e da consciência socioambiental. Com base em uma análise retórica, orientada pela BNCC, as autoras identificam como o apelo emocional (*pathos*) e a força lógica (*logos*) são mobilizados para gerar adesão. O estudo culmina na proposta de um projeto didático que utiliza gêneros digitais para fomentar a leitura crítica, demonstrando que a web 2.0 oferece suportes dinâmicos para a interação dialógica e a problematização de questões ambientais reais.

No artigo “Argumentação em aulas de Ciências da Natureza: análise do júri simulado”, Isabela Torres Oliveira e Edson José Wartha avaliam a eficácia do “júri simulado” como estratégia didática em um Itinerário Formativo STEAM no Ensino Médio. Ao analisar as transcrições das falas dos alunos, os pesquisadores observaram o surgimento de argumentos, contra-argumentos e refutações sobre temas ambientais e sociais. Os resultados destacam que a estratégia promove não apenas a construção de conhecimento científico, mas também o engajamento discente. A conclusão reforça que a mediação do professor, especialmente na elaboração de perguntas provocativas, é crucial para o aprofundamento das interações discursivas.

No artigo “Tese e argumentos em evidência: uma experiência de recomposição da aprendizagem”, Jaqueline Cerezoli relata uma pesquisa-ação realizada com estudantes de 9º ano do ensino fundamental, focada na recomposição de aprendizagens em Língua Portuguesa. A intervenção utilizou metodologias ativas e princípios da aprendizagem significativa para auxiliar os alunos na identificação da relação entre tese e argumentos em textos diversos. Os dados colhidos em diários de campo e produções discentes sugerem que o desenvolvimento da leitura crítica é mais eficaz quando a escola pratica a

escuta ativa e conecta os conteúdos teóricos aos contextos e vivências reais dos estudantes.

Da mesma forma, o dossiê amplia o alcance da discussão ao incluir **pesquisas situadas em diferentes áreas do conhecimento**, reforçando que a argumentação não é patrimônio exclusivo do ensino de língua, mas um componente constitutivo do pensamento científico, matemático e social. Esse deslocamento é fundamental para pensar propostas didáticas integrais e para questionar as fronteiras disciplinares que, muitas vezes, limitam seu ensino.

O artigo “A argumentação sobre a descoberta da radioatividade: releitura do modelo de Toulmin” – de Robson Domingos da Cruz Santos, Ana Carla de Oliveira Santos, Jennyfer Alves Rocha e Adjane da Costa Tourinho e Silva – apresenta uma análise multidimensional de discussões científicas entre alunos, utilizando uma releitura do Modelo de Toulmin. O estudo parte de uma sequência de ensino-aprendizagem sobre a história da radioatividade e sua relação com a sociedade. Os autores demonstram que, ao considerar o contexto e o raciocínio empregado – conforme a perspectiva proposta por Paulo Gonçalves-Segundo –, é possível capturar nuances da construção do argumento que a aplicação tradicional do modelo de Toulmin ignoraria, evidenciando a complexidade do pensamento científico em sala de aula.

O texto “O uso da argumentação justificativa geométrica no ensino de Produtos Notáveis”, de Verônica dos Santos Ferreira e João Paulo Attie, discute como a argumentação geométrica pode transformar o ensino de álgebra. Os autores defendem que, ao associar a visualização geométrica à construção algébrica, o aluno deixa de aplicar fórmulas mecanicamente e passa a compreender o “porquê” das propriedades matemáticas. O estudo conclui que essa abordagem promove a autonomia intelectual e integra lógica, linguagem e visualização, sendo uma prática eficaz para o desenvolvimento do raciocínio matemático rigoroso.

Finalmente, os **trabalhos dedicados à análise de produções discursivas** permitem problematizar as condições nas quais se ensina e se avalia a argumentação hoje.

As tensões entre padronização e criatividade, entre modelos prescritivos e produção situada, bem como os efeitos da cultura digital nas práticas de escrita, emergem como desafios urgentes para a pesquisa e o ensino.

O artigo “Conclusões em textos dissertativo-argumentativos como redação de vestibular”, de Geovanna Salvino de Lima e Adair Vieira Gonçalves, compara conclusões de redações do ENEM e do vestibular da UFGD. A hipótese confirmada é que o modelo de “proposta de intervenção” do ENEM influencia fortemente os candidatos de outros certames, mesmo quando isso não é solicitado. Fundamentados no Interacionismo Sociodiscursivo, os autores analisam a infraestrutura textual e os tipos de sequências argumentativas. O trabalho conclui que o ENEM atua como um gênero de referência nacional tão forte que molda a produção escrita acadêmica de forma generalizada, independentemente dos critérios específicos de cada universidade.

Em “A sedimentação de vozes sociais em redações ‘nota mil’ do ENEM”, Luiz Eduardo Mendes Batista analisa criticamente o fenômeno da “bricolagem” – ou sedimentação de vozes – em redações de alto desempenho do ENEM. Dialogando com Bakhtin e Byung-Chul Han, o autor pontua que essas produções apresentam muitas vezes uma “artificialização” do argumento, visto que a citação de vozes alheias funciona como um decalque sem reflexão autoral. O estudo alerta para um esvaziamento do lugar do “outro” e para a institucionalização de um modelo de escrita que prioriza a técnica em detrimento do esforço teórico e da criatividade crítica do estudante.

O artigo “O homem é o lobo do homem: a intertextualidade explícita como recurso argumentativo”, desenvolvido por Alcione Corbari e Gabriel Coelho, analisa o uso de citações e referências externas em artigos de opinião de vestibulares. O objetivo foi verificar se a intertextualidade explícita auxilia na construção da orientação argumentativa. Os resultados indicam que esse recurso é frequentemente utilizado de forma ineficaz pelo candidato, prejudicando a progressão temática e a coerência do texto. O estudo ressalta que o uso de referências externas, se não estiver bem integrado à tese principal, pode fragilizar a argumentação em vez de fortalecê-la.

No texto “Metáfora e ensino de argumentação: a letra do samba-enredo ‘E o samba sambou’”, Julio de Souza e Fábio Coelho propõem que a metáfora não é apenas um adorno literário, mas um componente central da argumentação. Analisando o samba-enredo da São Clemente de 1990/2019, o artigo demonstra como a composição possui uma “visada argumentativa” clara contra a comercialização do samba. O texto sugere que letras de música são recursos valiosos para o ensino de argumentação, permitindo que os alunos identifiquem teses e argumentos em gêneros que fogem à prosa tradicional e exploram o plano simbólico e emocional do discurso.

Por fim, o artigo “O agir prescritivo do Manual do Professor em torno do ensino de gêneros orais”, de Beatriz Macedo de Souza e Roziane Marinho Ribeiro, com base no Interacionismo Sociodiscursivo, analisa as orientações de manuais didáticos de Língua Portuguesa sobre o ensino da argumentação oral. A pesquisa investiga como o “agir prescritivo” do manual molda a prática docente no Ensino Fundamental II. Os dados revelam as concepções de argumentação que sustentam essas orientações e as implicações para a formação do professor. Conclui-se, assim, que é necessário ampliar as discussões sobre gêneros orais argumentativos nos manuais para que eles deixem de ser apenas prescritivos e passem a apoiar uma prática de linguagem verdadeiramente interacional.

Após apresentar esse panorama geral, como organizadoras deste dossiê, interessa-nos ressaltar que os artigos aqui reunidos não oferecem um repertório de “boas práticas” transferíveis sem mediações. Pelo contrário, configuram um espaço de reflexão que convida a repensar o ensino da argumentação em sua complexidade, com especial ênfase no reconhecimento tanto de suas potencialidades quanto de suas condições de possibilidade. Confiamos que este conjunto de trabalhos contribua para fortalecer um campo em expansão e, ao mesmo tempo, para sustentar uma pergunta que consideramos central para a educação contemporânea: como formar sujeitos capazes de argumentar em um mundo que, paradoxalmente, parece oferecer cada vez menos condições para o exercício da argumentação?

Por fim, queremos expressar nosso agradecimento às autoras e aos autores que confiaram seus trabalhos a este dossiê e que, com suas pesquisas, contribuem para consolidar e expandir o campo do ensino da argumentação. Da mesma forma, reconhecemos especialmente a tarefa rigorosa das avaliadoras e dos avaliadores, cujas leituras atentas e contribuições críticas foram fundamentais para o fortalecimento dos artigos aqui publicados. Agradecemos também à equipe editorial da revista *Línguas & Letras* pelo acompanhamento em todo o processo e por tornar possível este espaço de circulação e diálogo acadêmico.

Direitos autorais distribuídos a partir da licença *Creative Commons* (CC BY-NC-SA -4.0)

